

Corregedoria-Geral

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA nº 80.405/2017-CGMP

Partes: Ativa Wendell Beethoven Ribeiro Agra

Passiva Corregedoria-Geral do Ministério Público

Objeto: solicita orientação de como proceder para o cumprimento do encargo previsto no art. 1º, inciso X, da Resolução nº 129, do CNMP

PARECER

I - RELATÓRIO

01 Trata-se os autos de expediente remetido em 16 de novembro de 2017, da lavra do Bel. Wendell Beethoven Ribeiro Agra, recebido pela Secretaria Administrativa da CGMP em 16/11/2017 e distribuindo na mesma data, informando que a 19ª Promotoria de Justiça da Comarca de Natal foi designada pela Procuradoria-Geral de Justiça, ainda no ano de 2015, como órgão responsável, no âmbito do MPRN, por alimentar o banco de dados denominado "**Sistema de Registro de Mortes Decorrentes de Intervenção Policial**", na forma do art. 1º, inciso X, da Resolução CNMP nº 129/2015.

02 Porém, diz o solicitante, que no que toca à investigação de mortes decorrentes de intervenção policial, a implementação da Resolução CNMP nº 129/2015, cabe, primordialmente, aos Promotores de Justiça com atribuições criminais, nos termos do seu art. 3º e, portanto, para o efetivo cumprimento da Resolução CNMP nº 129/2015 é imprescindível que o representante do Ministério Público com atribuição criminal tome conhecimento do fato e, com rapidez, adote as medidas previstas no art. 1º da referida resolução. Ocorre, contudo, que não há na legislação brasileira previsão específica para que as polícias ou demais forças de segurança informem ao MP, imediatamente, as ocorrências de mortes decorrentes de intervenção policial, o que decerto dificulta a adoção daquelas providências (sempre urgentes), notadamente em comarcas maiores, em que existem órgãos de execução com atribuições concorrentes para a persecução penal de crimes de homicídio. Em regra, o Ministério Público só toma conhecimento formal das ocorrências quando a Polícia Civil conclui o inquérito policial e o remete ao

[Handwritten signature]

56

Poder Judiciário – o que pode demorar meses ou anos ou até mesmo nunca ser feito.


03 Lembre o solicitante sobre o teor de sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), no caso *Favela Nova Brasília versus Brasil*, acompanhada do Parecer de Força Executória nº 00151/2017/PGU/AGU, encaminhada à PGJ/RN, através do Ofício nº 524/2017 – CGA/PGJ/RN, de 29/09/2017, em especial os pontos resolutivos 15 e 16 da decisão em tela, tendo referida sentença natureza de título executivo, com aplicação imediata no direito interno, em razão do reconhecimento por parte do Brasil da jurisdição contenciosa e obrigatória da CIDH, através do Decreto Legislativo nº 89, de 03 de dezembro de 1998, onde fora emitida a respectiva Carta de Reconhecimento, com seu depósito na Organização dos Estados Americanos.

04 Para os fins do disposto no inciso X, do art. 1º da Resolução nº 129/2015, do CNMP, faz-se imprescindível que a 19ª PmJ de Natal receba em tempo oportuno das diversas Promotorias de Justiça com atribuição criminal (promotores naturais), em todo o Estado, as informações sobre as providências adotadas em cada ocorrência dessa natureza, porém, a ausência de ato normativo que obrigue os Promotores de Justiça com atribuições criminais, responsáveis pelo controle difuso da atividade policial, no repasse dos dados à 19ª PmJ Natal, inviabiliza, na prática, a alimentação de mencionado sistema.

05 Informa que o “**Cadastro de envolvimento de policiais em mortes suspeitas**”, do sistema do CNMP, é relativamente complexo, pois contém diversos campos (cópia anexa) para preenchimento obrigatório, como: 1) dados do fato (local, dia e hora); 2) dados das vítimas (nome, CPF, sexo, raça/cor e ações); 3) dados dos policiais (nome, CPF, sexo, cargo, força policial, condição, local e ações); 4) dados da investigação policial, números do boletim de ocorrência e do inquérito policial e situação deste; 5) delegacia em que foi registrada a ocorrência; 6) esclarecimentos sobre as providências de investigações adotadas (comparecimento do delegado ao local do fato, realização de perícia em local de morte violenta, necropsia e comunicação do MP); 7) dados das armas utilizadas no evento.

06 Assim, considerando a natureza de ÓRGÃO DE ORIENTAÇÃO dessa Corregedoria-Geral do Ministério Público (art. 32 da LOMPRN), solicita a orientação de como proceder para o cumprimento do encargo previsto no art. 1º, inciso X, da Resolução nº 129/2015, do CNMP.

07 A fim de instruir o presente PGA, o órgão de Assessoria Especial da CGMP. Em despacho datado de 23/11/2017, às fls. 06-08, determinou que a Secretaria Administrativa procedesse as seguintes providências: a) que fosse oficiado ao Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, em expediente subscrito pelo Exmo. Sr. Corregedor-Geral do MPRN, solicitando informações, preferencialmente no prazo de 10 (dez) dias, sobre quais providências foram adotadas pela Administração Superior do MPRN a fim de normatizar administrativamente sobre o cumprimento do inteiro teor da Resolução nº




606

129/2015-CNMP, acerca do cadastramento de todas as ocorrências de homicídios em todo o Estado do RN referente a mortes decorrentes de intervenção policial, a fim de colaboração dos diversos órgão de execução ministeriais criminais para a alimentação do **"Cadastro de envolvimento de policiais em mortes suspeitas"** (remeter cópia anexa do documento de fl. 05; b) fosse solicitado ao Exmo. Sr. Coordenador do CAOPCrim para que informasse, no prazo de 10 (dez) dias, se já existe alguma orientação, por parte desse centro de Apoio aos órgãos de execução ministeriais com atribuições criminais na persecução penal nos casos de mortes decorrentes de intervenção policial, em todo o Estado do RN, em razão do disposto na Resolução nº 129/2015-CNMP, mormente sobre a remessa de informações para a alimentação dos dados exigidos no cadastro de fl. 05 (cópia anexa), para serem remetidos ao órgão do MPRN responsável pela centralização e alimentação dos dados do **"Cadastro de envolvimento de policiais em mortes suspeitas"**; c) que fossem expedidos Ofícios aos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados, do MPDFT, do MPF e do MPM, subscritos pelo Corregedor-Geral do MPRN, e remetidos via e-mail institucional, solicitando informações, preferencialmente no prazo de 10 (dez) dias, sobre a existência de normatização interna sobre a obrigatoriedade dos Promotores de Justiça criminais responsáveis pela persecução penal de crimes de homicídio, na respectiva unidade federativa, colaborarem com o órgão ministerial central responsável pela alimentação do **"Cadastro de envolvimento de policiais em mortes suspeitas"**, previsto na Resolução nº 129/2015-CNMP (remeter cópia do documento de fl. 05) e, em caso afirmativo, que se fizesse a gentileza de remeter cópia do respectivo texto normativo a este órgão Correccional, para ser juntado aos presentes autos, visando instruir este Procedimento de Gestão Administrativa.

08 Tendo em vista o disposto nas Certidões de fl. 27, datada de 12 de janeiro de 2018, e de fls. 29, datada de 06 de fevereiro de 2018, o órgão de Assessoria Especial da CGMP determinou a reiteração dos expedientes mencionados em referidas certidões, no mesmo prazo fixado anteriormente.

09 Foram aportados aos autos o Ofício nº 23/CORGE/MPM, datado de 16 de fevereiro de 2018 (fl. 32), o Ofício nº 1008/2017/CMPF, datado de 18 de dezembro de 2017 (fl. 34), o Ofício nº 26/2018-GCG, datado de 05 de março de 2018 (fl. 36) e cópia do Ofício-Circular nº 16/2014/CSP/CNMP, datado de 28 de novembro de 2014 (fl. 38).

10 Emissão de novo despacho pelo órgão de Assessoria Especial da CGMP, datado de 16/03/2018, às fl. 39, verso, solicitando informações ao Exmo. Sr. Coordenador do CAOP-Crim, sobre recente reunião corrida na sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Rio Grande do Norte, do GRUCAP, sobre possível aglutinação dos dados criminais objeto da consulta em epígrafe, formulada à Corregedoria-Geral do Ministério Público, inclusive o registro de mortes decorrentes de intervenção policial, no CAOPCrim, por intermédio do OBVIO, estando apenas no aguardo de assinatura de convênio com o OBVIO, e demais trâmites burocráticos, além de outras informações pertinentes ao assunto.



616

11 Diante da ausência de resposta do CAOPCrim ao expediente remetido para prestar as informações referidas no parágrafo supra (Vide certidão de fl. 43, datada de 04 de abril de 2018), foi determinado pelo órgão de Assessoria Especial da CGMP, mediante o despacho de fl. 43, verso, datado de 04 de abril de 2018, a reiteração do expediente anterior, inclusive com contato telefônico com a secretaria do respectivo CAOP destinatário.

12 Juntada aos presentes autos do Ofício nº 065/2018 – CAOP-Crim, datado de 05 de abril de 2018, da lavra do Bel. Leonardo Dantas Nagashima, às fls. 48-48, verso, além dos documentos de fls. 49-57.

13 Em seguida vieram os autos conclusos ao órgão de Assessoria Especial da CGMP para emissão de parecer conclusivo.

II – FUNDAMENTAÇÃO:

14 Consoante o relatado, trata-se os autos de expediente remetido em 16 de novembro de 2017, da lavra do Bel. Wendell Beethoven Ribeiro Agra, recebido pela Secretaria Administrativa da CGMP em 16/11/2017 e distribuindo na mesma data, informando que a 19ª Promotoria de Justiça da Comarca de Natal foi designada pela Procuradoria-Geral de Justiça, ainda no ano de 2015, como órgão responsável, no âmbito do MPRN, por alimentar o banco de dados denominado “**Sistema de Registro de Mortes Decorrentes de Intervenção Policial**”, na forma do art. 1º, inciso X, da Resolução CNMP nº 129/2015.

15 Porém, diz o solicitante, que no que toca à investigação de mortes decorrentes de intervenção policial, a implementação da Resolução CNMP nº 129/2015, cabe, primordialmente, aos Promotores de Justiça com atribuições criminais, nos termos do seu art. 3º e, portanto, para o efetivo cumprimento da Resolução CNMP nº 129/2015 é imprescindível que o representante do Ministério Público com atribuição criminal tome conhecimento do fato e, com rapidez, adote as medidas previstas no art. 1º da referida resolução. Ocorre, contudo, que não há na legislação brasileira previsão específica para que as polícias ou demais forças de segurança informem ao MP, imediatamente, as ocorrências de mortes decorrentes de intervenção policial, o que decerto dificulta a adoção daquelas providências (sempre urgentes), notadamente em comarcas maiores, em que existem órgãos de execução com atribuições concorrentes para a persecução penal de crimes de homicídio. Em regra, o Ministério Público só toma conhecimento formal das ocorrências quando a Polícia Civil conclui o inquérito policial e o remete ao Poder Judiciário – o que pode demorar meses ou anos ou até mesmo nunca ser feito.

16 Lembra o solicitante sobre o teor de sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), no caso *Favela Nova Brasília versus Brasil*, acompanhada do Parecer de Força Executória nº 00151/2017/PGU/AGU, encaminhada à PGJ/RN, através do Ofício nº 524/2017 – CGA/PGJ/RN, de 29/09/2017, em especial os

6240

pontos resolutivos 15 e 16 da decisão em tela, tendo referida sentença natureza de título executivo, com aplicação imediata no direito interno, em razão do reconhecimento por parte do Brasil da jurisdição contenciosa e obrigatória da CIDH, através do Decreto Legislativo nº 89, de 03 de dezembro de 1998, onde fora emitida a respectiva Carta de Reconhecimento, com seu depósito na Organização dos Estados Americanos.

17 Para os fins do disposto no inciso X, do art. 1º da Resolução nº 129/2015, do CNMP, faz-se imprescindível que a 19ª PmJ de Natal receba em tempo oportuno das diversas Promotorias de Justiça com atribuição criminal (promotores naturais), em todo o Estado, as informações sobre as providências adotadas em cada ocorrência dessa natureza, porém, a ausência de ato normativo que obrigue os Promotores de Justiça com atribuições criminais, responsáveis pelo controle difuso da atividade policial, no repasse dos dados à 19ª PmJ Natal, inviabiliza, na prática, a alimentação de mencionado sistema.

18 Informa que o **“Cadastro de envolvimento de policiais em mortes suspeitas”**, do sistema do CNMP, é relativamente complexo, pois contém diversos campos (cópia anexa) para preenchimento obrigatório, como: 1) dados do fato (local, dia e hora); 2) dados das vítimas (nome, CPF, sexo, raça/cor e ações); 3) dados dos policiais (nome, CPF, sexo, cargo, força policial, condição, local e ações); 4) dados da investigação policial, números do boletim de ocorrência e do inquérito policial e situação deste; 5) delegacia em que foi registrada a ocorrência; 6) esclarecimentos sobre as providências de investigações adotadas (comparecimento do delegado ao local do fato, realização de perícia em local de morte violenta, necropsia e comunicação do MP); 7) dados das armas utilizadas no evento.

17 Assim, considerando a natureza de ÓRGÃO DE ORIENTAÇÃO dessa Corregedoria-Geral do Ministério Público (art. 32 da LOMPRN), solicitou a orientação de como proceder para o cumprimento do encargo previsto no art. 1º, inciso X, da Resolução nº 129/2015, do CNMP.

18 Após instrução do procedimento em lume, com um certo atraso em razão do recesso de fim de ano, quando os prazos dos procedimentos administrativos no âmbito do MPRN ficaram suspensos no período de 20/12/2017 a 06/01/2018 (Vide art. 6º da Resolução n. 295/2017-PGJ/RN, de 18/12/2017), bem como em razão da demora na apresentação de respostas por parte dos destinatários das diligências determinadas pelo órgão de Assessoria Especial da CGMP, ensejando reiterações de expedientes já enviados, vieram, enfim, os autos conclusos para emissão de parecer sobre a consulta assaz mencionada.

19 Na informação prestada pela Corregedoria-Geral do Ministério Público Federal, conforme consulta realizada por essa Corregedoria à 7ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, responsável pelo Controle Externo da Atividade Policial, o cadastro de envolvimento de policiais em mortes suspeitas está em fase de

636
implementação no âmbito do Ministério Público Federal, de modo que ainda não há normatização específica (documento de fls. 34).

20 Já a Corregedoria-Geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios informou que ainda não possui normatização interna que discipline sobre a obrigatoriedade dos Promotores de Justiça com atuação em Promotorias Criminais, responsáveis pela persecução de crimes de homicídios, em alimentarem o banco de dados mencionado pela Resolução nº 129/2015, do Conselho Nacional do Ministério Público-CNMP, contudo, referido órgão Correcional instituiu um Grupo de Trabalho destinado a apresentar proposta de resolução para disciplinar as regras mínimas de atuação do Ministério Público no controle externo da investigação de morte decorrente de intervenção policial e definiu o setor responsável pela inserção de dados no Sistema de Registro de Mortes decorrentes de Intervenção Policial no CNMP, nos termos da Portaria Nº 617, de 20 de abril de 2015 (documentos de fls. 36-38, verso).

21 Por fim, foi aportado aos presentes autos, em cumprimento a diligência determinada pelo órgão de Assessoria Especial da CGMP, o Ofício nº 065/2018 – CAOP-Crim, datado de 05 de abril de 2018, e da lavra do Exmo. Sr. Coordenador do CAOP/CRIM, em substituição, o Bel. **Leonardo Dantas Nagashima**, aduzindo o seguinte, *in litteris*:

“Cumprimentando-o, em resposta à notificação nº 058/2017 – CGMP, oportuno informar, preliminarmente, que este Centro de Apoio não dispõe de dados específicos sobre mortes decorrentes de intervenção policial, cuja atribuição para alimentação do banco nacional é da 19ª Promotoria de Justiça de Natal.

Nesse contexto, ressalte-se a iminência da celebração do termo de parceria com OBVIO, que, em suma, tem como finalidade, sob a coordenação deste CAOP, produzir registros relativos aos CVLIs, bem como outras informações afetas à seara criminal, para otimizar a atuação ministerial.

Assim, tão logo sejam iniciadas as atividades, será averiguada a possibilidade de incluir a análise das ocorrências sob o específico viés indagado por Vossa Senhoria, concedendo, inclusive, amplo acesso ao material produzido ao Titular da 19 PmJN, para auxiliar no cumprimento de suas demandas.

Na oportunidade, no que tange às tratativas para formalização de convênio com o OBVIO, informe-se que, após reunião do GRUCAP, realizada em 10/01/2018, com a presença do coordenador de pesquisa, Ivênio Hermes, foi minutado termo de parceria/acordo a ser celebrado entre as instituições. Na sequência, o correspondente documento foi enviado ao Procurador - Geral de Justiça, o que originou o PGA nº 7.708/2018-CJAD.

Em que pese a concordância das partes acerca dos compromissos assumidos, bem como já terem sido adiantadas as adequações físicas dos polos Natal e Mossoró, a celebração do ato ainda não foi possível em razão da pendência da qualificação do OBVIO, o qual precisou ser registrado como instituto, entretanto ainda não possui o número do CNPJ.

Por último, registre-se que, em novo contato (por meio telefônico) realizado com o Sr.

646


Ivênio, na data de 04/04/18, há previsão de que a documentação necessária para formalização da parceria seja apresentada no dia 09/04/18. Assim, tão logo ocorra, o CAOP Criminal terá acesso aos dados referentes aos CVLIs, o que incluirá as mortes decorrentes de intervenção policial".

22 É bem verdade que não há, até a presente data, normativa, no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, obrigando os Promotores de Justiça criminais a enviarem os dados específicos solicitados pelo consultante e relativos as mortes decorrentes de intervenção policial, a fim de alimentar o banco de dados mencionado pela Resolução CNMP nº 129/2015, fato este, pela documentação carreada aos presentes autos, que não ocorre apenas com o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, mas também com o Ministério Público de diversas outras unidades federativas.

23 Na realidade, no caso concreto em análise, faz-se mister que a Administração Superior do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte forneça meios materiais para que a 19ª Promotoria de Justiça da Comarca de Natal/RN possa exercer as atribuições conferidas pelo CNMP e pelo PGJ/RN a tal órgão de execução ministerial de primeiro grau da Comarca de Natal.

24 Atualmente, os dados estatísticos das atividades desenvolvidas pelos membros do Ministério Público Estadual, seja como órgão de execução ministerial, seja em relação à unidade ministerial, são coletados mediante dois sistemas eletrônicos: 1) o sistema "Carcará", desenvolvido pela DTI, mas custodiado pela Corregedoria-Geral do Ministério Público, na Diretoria da Corregedoria; 2) o sistema "MP Virtual", aperfeiçoado pela DTI/MPRN, após compartilhamento autorizado pelo MPPB, vinculado à PGJ/RN, numa proporção aproximada de 60% (sessenta por cento) dos dados sendo armazenados no primeiro sistema de coleta de dados de atividades produzidas e de aproximadamente 40% (quarenta) por cento no segundo sistema que, por problemas técnicos, será futuramente substituído por um novo sistema eletrônico, denominado, provisoriamente, de "Projeto X", consoante já anunciado pelo atual Procurador-Geral de Justiça, Dr. Eudo Rodrigues Leite.

25 Dentro desta realidade, para facilitar a coleta de dados a fim de serem centralizados na 19ª Promotoria de Justiça da Comarca de Natal/RN, mister se faz necessário que seja acrescido aos dois sistemas eletrônicos que convivem atualmente no MPRN, dados sobre mortes decorrentes de intervenção policial, por parte dos Promotores de Justiça criminais, abrindo-se, por exemplo, uma janela ou tópico, para preenchimento dos seguintes itens: 1) dados do fato (local, dia e hora); 2) dados das vítimas (nome, CPF, sexo, raça/cor e ações); 3) dados dos policiais (nome, CPF, sexo, cargo, força policial, condição, local e ações); 4) dados da investigação policial, números do boletim de ocorrência e do inquérito policial e situação deste; 5) delegacia em que foi registrada a ocorrência; 6) esclarecimentos sobre as providências de investigações adotadas (comparecimento do delegado ao local do fato, realização de perícia em local de morte




656

violenta, necrópsia e comunicação do MP); 7) dados das armas utilizadas no evento; 8) outras que se fizerem necessárias a alimentação dos demais dados mencionados na Resolução CNMP nº 129/2015.

26 Após a alimentação mensal dos dados acima referidos, faz-se mister ainda que a DTI/MPRN garanta acesso à 19ª Promotoria de Justiça da Comarca de Natal/RN, mediante senha específica a ser fornecida ao membro com exercício em referida Promotoria de Justiça, aos dados remetidos pelos Promotores de Justiça Criminais nos sistemas "Carcará" e "MP Virtual" (e no futuro, aos dados coletados através do "Sistema X", ou outro nome que se lhe dê), sendo para tal solicitado ao Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça adoção das providências administrativas cabíveis para viabilização da inclusão dos dados nos sistemas assaz referidos, bem como do acesso aos dados especificados, ao membro em exercício na 19ª Promotoria de Justiça da Comarca de Natal/RN.

27 A solução acima referida dá-se enquanto ainda não firmado o convênio entre o OBVIO e o MPRN, mencionado no Ofício nº 065/2018 – CAOP-Crim, datado de 05 de abril de 2018 e com a possível transferência da centralização dos dados coletados no CAOPCrim, quando possivelmente ocorrerá modificação desta específica atribuição conferida, hoje, à 19ª Promotoria de Justiça da Comarca de Natal, pelo competente órgão da Administração Superior do Ministério Público e na forma suscitada na reunião do GRUCAP, também mencionada pelo Exmo. Sr. Coordenador do CAOPCrim, em substituição, no mesmo expediente remetido a este órgão Correicional.

28 Assim, ante a ausência de instrumento normativo que obrigue os Promotores Criminais, no âmbito do MPRN, a remeterem os dados especificados na Resolução nº 129/2015-CNMP, à 19ª Promotoria de Justiça da Comarca de Natal/RN, relativo as mortes decorrentes de intervenção policial, e diante das informações prestadas pelo CAOPCrim/MPRN, já mencionadas e juntadas aos presentes autos, opina este órgão de Assessoria Especial da CGMP que o consulente continue a solicitar, formalmente, aos Promotores Criminais, a remessa dos dados especificados na Resolução CNMP Nº 129/2015, até que providências administrativas sejam adotadas pela douta Procuradoria-Geral de Justiça no sentido de serem incluídos pela DTI campos nos relatórios estatísticos mensais de atividades dos membros do MPRN, na matéria criminal, relativo as mortes decorrentes de intervenção policial abrindo-se, por exemplo, uma janela ou tópico, para preenchimento dos seguintes itens: 1) dados do fato (local, dia e hora); 2) dados das vítimas (nome, CPF, sexo, raça/cor e ações); 3) dados dos policiais (nome, CPF, sexo, cargo, força policial, condição, local e ações); 4) dados da investigação policial, números do boletim de ocorrência e do inquérito policial e situação deste; 5) delegacia em que foi registrada a ocorrência; 6) esclarecimentos sobre as providências de investigações adotadas (comparecimento do delegado ao local do fato, realização de perícia em local de morte violenta, necrópsia e comunicação do MP); 7) dados das armas utilizadas no evento; 8) outras que se fizerem necessárias a alimentação dos demais dados mencionados na Resolução CNMP nº 129/2015, isso, até que firmado o convênio



666

entre o OBVIO e o MPRN, mencionado no Ofício nº 065/2018 – CAOP-Crim, datado de 05 de abril de 2018 e com a possível transferência da centralização dos dados coletados no CAOPCrim, quando possivelmente ocorrerá modificação desta específica atribuição conferida, hoje, à 19ª Promotoria de Justiça da Comarca de Natal, pelo competente órgão da Administração Superior do Ministério Público.


III – CONCLUSÃO:

29 *Ex positis*, e pelo que demais dos autos consta, opina o órgão de Assessoria Especial da Corregedoria-Geral do Ministério Público, que a consulta objeto do presente procedimento administrativo seja respondida da seguinte forma:

a) que o consulente continue a solicitar, formalmente, aos Promotores Criminais, a remessa dos dados especificados na Resolução CNMP Nº 129/2015, até que providências administrativas sejam adotadas pela douta Procuradoria-Geral de Justiça no sentido de serem incluídos pela DTI campos nos relatórios estatísticos mensais de atividades dos membros do MPRN, na matéria criminal, relativo as mortes decorrentes de intervenção policial abrindo-se, por exemplo, uma janela ou tópico, para preenchimento dos seguintes itens: 1) dados do fato (local, dia e hora); 2) dados das vítimas (nome, CPF, sexo, raça/cor e ações); 3) dados dos policiais (nome, CPF, sexo, cargo, força policial, condição, local e ações); 4) dados da investigação policial, números do boletim de ocorrência e do inquérito policial e situação deste; 5) delegacia em que foi registrada a ocorrência; 6) esclarecimentos sobre as providências de investigações adotadas (comparecimento do delegado ao local do fato, realização de perícia em local de morte violenta, necrópsia e comunicação do MP); 7) dados das armas utilizadas no evento; 8) outras que se fizerem necessárias a alimentação dos demais dados mencionados na Resolução CNMP nº 129/2015, isso, até que firmado o convênio entre o OBVIO e o MPRN, mencionado no Ofício nº 065/2018 – CAOP-Crim, datado de 05 de abril de 2018 e com a possível transferência da centralização dos dados coletados no CAOPCrim, quando provavelmente ocorrerá modificação desta específica atribuição conferida, hoje, à 19ª Promotoria de Justiça da Comarca de Natal, pelo competente órgão da Administração Superior do Ministério Público e haja a efetiva centralização dos dados em lume no CAOPCrim;

b) que seja oficiado ao Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, solicitando a adoção das providências administrativas cabíveis visando a efetivação e remessa dos dados mencionados na Resolução CNMP nº 129/2015 à 19ª Promotoria de Justiça da Comarca de Natal/RN, pelos sistemas eletrônicos de dados atualmente existentes no MPRN, relativo à alimentação dos dados pelos Promotores de Justiça criminais sobre o registro das mortes decorrentes de intervenção policial, isso, até que seja firmado o convênio entre o OBVIO e o MPRN, mencionado no Ofício nº 065/2018 – CAOP-Crim, datado de 05 de abril de 2018, quando ocorrerá a possível transferência da centralização dos dados coletados no CAOPCrim, após provável modificação desta específica atribuição conferida, hoje, à 19ª Promotoria de Justiça da Comarca de Natal, pelo competente órgão da Administração Superior do Ministério Público;

c) ciência do Diretor da Corregedoria, para a adoção das providências cabíveis, visando a



676

efetivação da alimentação dos dados pelos Promotores de Justiça criminais, tanto através do sistema "Carcará", quanto através do "sistema MPVirtual", relativo às mortes decorrentes de intervenção policial e remessa à 19ª Promotoria de Justiça da Comarca de Natal/RN, órgão, hoje, centralizador e repassador dos dados ao CNMP, em cumprimento aos ditames da Resolução CNMP nº 129/2015;

d) ciência do consulente sobre a resposta e a decisão de Vossa Excelência à consulta objeto do procedimento em epígrafe e das providências administrativas solicitadas aos órgãos competentes do MPRN pela Corregedoria-Geral do Ministério Público.

É o parecer, que ora submeto à superior consideração de Vossa Excelência.

Natal/RN, 16 de abril de 2018


FRANCISCO HÉLIO DE MORAIS JÚNIOR
PROMOTOR CORREGEDOR II



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CORREGEDORIA-GERAL**

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97 – Candelária
CEP 59065-555 – Telefone/fax: 3232.7136 – cgmp@mprn.mp.br

Procedimento nº 80.405/2017

Assunto: Procedimento de Gestão Administrativa

Interessado: Wendell Beethoven Ribeiro Agra

DECISÃO

Aprovo e adoto o parecer, de fls. 58-67, da lavra do Promotor Corregedor Francisco Hélio de Moraes Júnior, como razão de decidir.

Diante disso, oficie-se ao Procurador-Geral de Justiça em atenção ao item “b” do referido parecer.

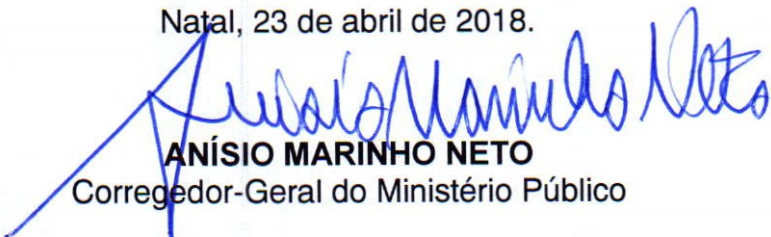
Encaminhe-se ofício ao interessado com cópia do parecer e da presente decisão para ciência.

Remetam-se os autos ao Diretor da Corregedoria-Geral do MPRN para ciência e adoção das providências elencadas no item “c” do parecer citado.

Após, arquivem-se os autos.

Cumpra-se.

Natal, 23 de abril de 2018.


ANÍSIO MARINHO NETO
Corregedor-Geral do Ministério Público